

## **A LUTA PELO RECONHECIMENTO QUILOMBOLA: EXPERIÊNCIA FORMATIVA NO QUILOMBO DO CUMBE PELO PIBID DE HISTÓRIA**

Joana Maria da Silva Abreu <sup>1</sup>

Antonia Camily Bezerra dos Santos <sup>2</sup>

Alice de Oliveira Freitas <sup>3</sup>

Lidia Noemia Silva dos Santos <sup>4</sup>

### **RESUMO**

Este relato de experiência parte da aula de campo ao Quilombo do Cumbe, localizado em Aracati-CE, realizada no âmbito das atividades formativas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). A proposta busca refletir sobre os processos de resistência da comunidade quilombola na contemporaneidade, abordando suas estratégias de defesa do território, da identidade e das formas de organização política e cultural. A força Quilombola na atualidade evidencia a conexão entre identidade e territorialidade. Os rituais, como a Festa do Mangue, representam estratégias de resistência frente à violação de direitos. Essa atuação fortalece práticas políticas e culturais que enfrentam apagamentos históricos e violências institucionais. Assim, o território é vivido como espaço cultural e político, em que a experiência compartilhada sustenta a permanência da comunidade. A metodologia adotada neste trabalho baseou-se na realização de uma aula de campo no Quilombo Cumbe, conduzida por Luciana dos Santos de Sousa, conhecida como Luciana do Cumbe, representante da Associação Quilombola local. Durante a visita, a comunidade foi apresentada por meio de uma imersão territorial e cultural, incluindo o reconhecimento das extremidades do território, do rio e dos espaços significativos para a história e a identidade do quilombo. A atividade possibilitou a escuta das narrativas de resistência, das práticas culturais e das lutas enfrentadas pela comunidade ao longo do tempo. A aula de campo possibilitou uma compreensão mais profunda sobre os processos de luta e resistência quilombola, especialmente no território do Cumbe. Dentre os principais aprendizados, destaca-se a importância de valorizar, preservar e difundir o conhecimento tradicional e as vivências compartilhadas. O contato direto com a comunidade fortaleceu o compromisso de levar adiante essas memórias, atuando de forma crítica na sociedade e em sala de aula, no enfrentamento às políticas autoritárias e no reconhecimento da resistência quilombola como elemento fundamental da história brasileira.

**Palavras-chave:** Quilombo do Cumbe, Identidade, Resistência.

### **INTRODUÇÃO**

Os quilombos, ao longo da história, são reconhecidos como territórios de resistência coletiva, onde a luta pela terra, a preservação da memória e a valorização da identidade se entrelaçam como elementos de sobrevivência e afirmação. No Ceará, o

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE, [joanna.abreu@aluno.uece.br](mailto:joanna.abreu@aluno.uece.br)

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE, [antonia.camily@aluno.uece.br](mailto:antonia.camily@aluno.uece.br)

<sup>3</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE, [alic.freitas@aluno.uece.br](mailto:alic.freitas@aluno.uece.br).

<sup>4</sup> Professor orientador: titulação, Faculdade Ciências - UF, [lidia.noemia@uece.br](mailto:lidia.noemia@uece.br)



Quilombo do Cumbe, situado no município de Aracati, constitui um exemplo dessa permanência, não apenas por sua história, mas também pela vitalidade com que projeta o futuro da comunidade. Nele, práticas ligadas à pesca artesanal, ao mangue e às manifestações culturais sustentam a identidade coletiva e mantêm a memória em permanente diálogo com o presente.

Ao mesmo tempo, a comunidade enfrenta os desafios impostos pelas pressões ambientais e pelas disputas territoriais, que constantemente ameaçam a continuidade de seus modos de vida. Essa realidade mostra como o Cumbe é mais do que um espaço físico, é também, um lugar simbólico, político e educativo.

A experiência de aproximação com essa comunidade foi possibilitada por uma aula de campo organizada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Mais do que observar, os bolsistas tiveram a oportunidade de caminhar pelo território, reconhecer áreas de importância histórica e ambiental, ouvir as narrativas locais e compartilhar momentos em que memória e identidade se revelaram de forma concreta. Esse momento abriu espaço para compreender que o saber quilombola não está apenas no passado preservado, mas também nas práticas atuais que reafirmam a continuidade da comunidade diante das adversidades.

Durante a visita, conduzida por uma representante da associação quilombola, os espaços do Cumbe foram apresentados em sua dimensão cultural e política. A paisagem natural se entrelaçava às histórias de resistência, fazendo do território uma espécie de sala de aula a céu aberto, onde cada elemento como o rio, o mangue, as casas, os locais de encontro, carregava sentidos e memórias. Esse contato direto com a comunidade revelou aos bolsistas como os saberes tradicionais e as práticas coletivas fortalecem a luta pela permanência, além de mostrar que o ensino pode se tornar mais significativo quando se articula a experiências reais e vividas.



A vivência permitiu perceber que a formação docente se enriquece quando dialoga com as comunidades tradicionais, pois esse contato rompe barreiras, amplia perspectivas



contribui para o enfrentamento do racismo estrutural e dos silenciamentos históricos. Ao se aproximar do Cumbe, se foi possível compreender de maneira mais profunda a relação entre território, identidade e resistência, reconhecendo a importância de valorizar essas experiências dentro e fora da sala de aula.

As reflexões construídas a partir da aula de campo apontam para a relevância de práticas educativas comprometidas com a diversidade cultural e com a justiça social. O aprendizado que emergiu desse encontro não se limita à formação acadêmica, ele se liga como compromisso, de preservar e difundir os conhecimentos tradicionais e de afirmar que a história do Brasil só pode ser plenamente compreendida quando reconhece a força e a centralidade da resistência quilombola.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste trabalho fundamentou-se em uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e participante, tendo como princípio a valorização da experiência direta em campo e a escuta das narrativas orais da comunidade. O estudo foi desenvolvido por meio de uma aula de campo no Quilombo do Cumbe, em Aracati (CE), como parte das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de História. Essa abordagem permitiu articular teoria e prática, possibilitando aos discentes a imersão no espaço quilombola e a compreensão do território a partir das próprias vozes que o constroem.

A atividade de campo foi conduzida por Luciana dos Santos de Sousa, conhecida como Luciana do Cumbe, liderança comunitária e representante da Associação





Quilombola local. O percurso incluiu o reconhecimento das extremidades do território e de espaços de relevância simbólica e social, como o rio, o mangue e as áreas de pesca. Esses elementos foram destacados pela comunidade como fundamentais para a organização coletiva, a economia de subsistência e a preservação da identidade cultural quilombola.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados registros em diário de campo, observações participantes, fotografias autorizadas e relatos orais compartilhados durante a atividade. A história oral destacou-se como ferramenta metodológica central, pois, ao transmitir saberes de geração em geração, permite preservar e atualizar a memória coletiva, além de reafirmar a trajetória de resistência da comunidade diante dos desafios históricos e contemporâneos relacionados ao reconhecimento quilombola.

Além do registro das vivências, foram consideradas também fontes documentais e materiais produzidos pela própria comunidade, como atas de reuniões, projetos coletivos e iniciativas culturais, os quais serviram como subsídio para compreender a organização social e política do quilombo.

Do ponto de vista ético, o trabalho seguiu os princípios de respeito e valorização da identidade quilombola. Todo o processo foi realizado com consentimento da comunidade e sob a orientação da liderança local, de modo a garantir que as falas e experiências fossem apresentadas de forma legítima e respeitosa. Quanto ao uso de imagens, optou-se por empregar apenas aquelas previamente autorizadas pela comunidade, preservando a memória coletiva sem expor de maneira indevida a identidade de seus membros.

Dessa forma, a metodologia adotada não apenas proporcionou a observação e o registro do território, mas também possibilitou uma experiência dialógica, na qual a escuta e o reconhecimento da voz quilombola se constituíram como elementos fundamentais para compreender a luta pelo reconhecimento do Quilombo do Cumbe.



## REFERENCIAL TEÓRICO



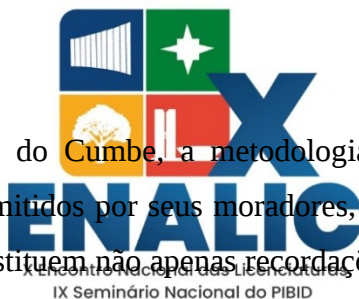
Refletir sobre a luta quilombola no Brasil exige partir de uma base teórica que reconheça a centralidade da experiência africana na formação histórica e cultural da sociedade. Michael Hamenoo (2008), ao discutir a posição da África na ordem mundial, chama atenção para o apagamento sistemático do papel dos povos africanos nos processos históricos globais. Segundo o autor, a construção da modernidade não pode ser compreendida sem considerar a participação da África, seja pelo impacto da diáspora

forçada, seja pela resistência e pela produção cultural que atravessaram séculos de exploração colonial. Essa perspectiva é essencial para compreender o contexto dos quilombos, que surgem como espaços de contestação e de reafirmação identitária diante da violência escravista e da marginalização social.

Ao trazer esse debate para o caso brasileiro, é possível perceber que os quilombos não representam apenas uma herança do passado, mas sim uma forma de organização comunitária que permanece viva e que resinifica a presença africana no país. O quilombo do Cumbe, localizado em Aracati (CE), exemplifica essa continuidade histórica: trata-se de uma comunidade que, ao lutar pelo reconhecimento territorial e cultural, reafirma sua identidade e desafia estruturas excludentes. O referencial de Hamenoo nos ajuda a compreender que a luta do Cumbe não é isolada, mas parte de um movimento maior que conecta o passado escravista à atualidade, na busca por reparação e por justiça histórica.

Nesse processo de construção do reconhecimento, a memória desempenha um papel central. Paul Thompson (1992), ao abordar a história oral, defende que as narrativas individuais e coletivas devem ser entendidas como fontes legítimas e indispensáveis para o estudo da sociedade. Para o autor, dar voz às pessoas comuns é abrir espaço para versões da história que foram ignoradas ou silenciadas pelos registros oficiais. Assim, a história oral não apenas complementa as fontes escritas, mas contribui para democratizar a produção do conhecimento histórico, tornando-o mais plural.





No caso do quilombo do Cumbe, a metodologia da história oral se mostra fundamental. Os relatos transmitidos por seus moradores, especialmente por lideranças como Luciana do Cumbe, constituem não apenas recordações pessoais, mas também um patrimônio coletivo, que guarda a memória de resistência e a força das tradições. Esses testemunhos revelam como o território, o rio, o mangue e as práticas de pesca estão profundamente ligados à identidade comunitária, demonstrando que a luta pelo reconhecimento quilombola ultrapassa a dimensão jurídica: ela envolve a preservação da memória, da cultura e das formas de vida herdadas de seus antepassados.

A interlocução entre Hamenoo e Thompson amplia o olhar sobre a questão quilombola. De um lado, Hamenoo insere essa luta no contexto mais amplo da história

africana e de sua contribuição para a ordem mundial; de outro, Thompson valoriza as vozes e experiências locais como elementos indispensáveis para compreender essa realidade. Essa combinação de perspectivas possibilita compreender o Cumbe como parte

de um movimento histórico global e, ao mesmo tempo, como um espaço singular, onde a memória oral e a identidade coletiva sustentam a continuidade da resistência.

Dessa forma, o referencial teórico aqui adotado reforça a necessidade de compreender o reconhecimento quilombola como um processo que envolve dimensões históricas, políticas e culturais. Mais do que assegurar direitos legais, trata-se de valorizar histórias, memórias e identidades que foram historicamente marginalizadas. O quilombo do Cumbe, ao afirmar sua existência e sua trajetória, insere-se nesse movimento mais amplo de resistência negra e de construção de uma sociedade mais justa e plural.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência formativa no Quilombo do Cumbe proporcionou uma compreensão aprofundada da luta pelo reconhecimento quilombola, especialmente no







que se refere à relação inerente entre território, identidade e resistência. Os resultados obtidos a partir da imersão revelaram que o espaço geográfico não se limita a um dado físico ou natural, mas, configura-se como elemento central na afirmação da memória coletiva e da integração social. Nesse caso, o território atua como ferramenta de resistência diante das pressões externas que têm como intuito a descaracterização da comunidade e como símbolo de pertencimento.

Entre as categorias analíticas que emergiram do trabalho de campo, destaca-se a centralidade da memória oral na sustentação das lutas quilombolas. Os relatos da liderança comunitária evidenciam que a oralidade constitui um mecanismo de transmissão de valores, experiências e estratégias de enfrentamento que se reproduzem entre as gerações. Nessa perspectiva, conforme argumenta Conceição Evaristo ao discutir a história oral, a escrevivência deve ser compreendida como prática que desestabiliza a narrativa dominante e denuncia desigualdades históricas, em vez de se restringir a um registro inofensivo. Assim, no caso do Cumbe, a oralidade configura-se não apenas como

um recurso de registro histórico, mas também como elemento que assegura a vitalidade da memória coletiva no cotidiano.

Outra categoria fundamental foi a identidade coletiva, entendida como processo dinâmico e constantemente reafirmado. A Festa do Mangue exemplifica de modo emblemático essa dimensão, pois constitui um espaço ritualizado em que a comunidade reafirma sua ligação com sua ancestralidade e território. A celebração, além de festiva, assume um caráter político de resistência contra o apagamento cultural. Nesse sentido, essa identidade cultural é construída no embate entre permanência e mudança, no Cumbe, essa ideia se concretiza na forma como as tradições são recompostas para enfrentar desafios contemporâneos.

A relação com a natureza constitui também uma categoria central dos resultados. A comunidade do Cumbe mantém práticas de subsistência que reforçam sua vinculação com o mangue, as lagoas e os rios, elementos vitais tanto para a economia local quanto





para a afirmação cultural. Contudo, tais práticas estão sob constante ameaça da carcinicultura e da instalação de parques eólicos, que alteram a paisagem e comprometem os modos de vida tradicionais. Essa situação reflete o que Milton Santos denomina de conflito entre racionalidades distintas: de um lado, a lógica capitalista de exploração intensiva dos recursos; de outro, a lógica comunitária de uso sustentável e simbólico da natureza.

Os depoimentos e a observação direta mostraram que a luta pela titulação das terras e pelo reconhecimento oficial está entre as prioridades da comunidade. Sendo assim, a resistência política também emerge como resultado expressivo de vivência. A organização em associações e a articulação com entidades externas revelam uma consciência política consolidada, que se sustenta na coletividade.

Do ponto de vista pedagógico, os resultados destacam a relevância do ensino de História comprometido com a valorização dos saberes tradicionais. A presença do PIBID no Cumbe demonstrou que a inserção das vivências quilombolas em atividades formativas potencializa a construção de uma prática docente mais crítica e inclusiva. Paulo Freire já enfatizava que o ato educativo deve estar vinculado à realidade dos sujeitos e à valorização de suas experiências. Nesse sentido, a visita ao quilombo revelou-

se como uma prática educativa transformadora, na medida em que possibilitou compreender o conhecimento comunitário como legítimo e essencial.

A discussão também evidencia o papel do território como categoria de análise, na perspectiva de ser tanto espaço de sobrevivência material quanto arena de disputas simbólicas e políticas. No Cumbe, a concepção de que o território não é apenas um recorte espacial se materializa na forma como a comunidade defende seus limites, reconhece seus

espaços simbólicos e reafirma cotidianamente seu direito de existir enquanto quilombo, bem como aponta que a dimensão cultural não pode ser dissociada da luta política. O canto, a dança, os festejos e as narrativas orais se configuram como mecanismos de coesão comunitária e de fortalecimento das reivindicações territoriais.







No campo da formação docente, percebe-se que há a necessidade de inserir de modo mais sistemático o estudo das comunidades quilombolas nos currículos de História. A experiência do Cumbe demonstrou como o contato direto com realidades de resistência amplia a sensibilidade dos futuros professores para as questões étnico-raciais e para a luta contra o racismo estrutural. Nesse sentido, uma educação antirracista demanda não apenas a transmissão de conteúdos, mas o engajamento com práticas sociais que rompam com a invisibilização das populações negras.

Na discussão crítica, cabe destacar que a experiência no Cumbe problematiza a relação entre comunidade e universidade. A ida ao quilombo não pode ser vista apenas como uma atividade pontual, mas como uma possibilidade de construção de parcerias duradouras que valorizem os saberes locais e que fortaleçam a luta política da comunidade, necessitando haver um diálogo horizontal entre conhecimentos acadêmicos e populares.

A discussão também enfatiza que a experiência no Cumbe contribuiu para a formação de uma consciência crítica entre os bolsistas do PIBID. A vivência reforçou a compreensão de que o professor deve atuar não apenas como transmissor de conteúdos, mas como agente político comprometido com a transformação social. Assim sendo, os resultados também sugerem a necessidade de repensar as práticas curriculares nas universidades, de modo que o ensino de História não se restrinja a narrativas

eurocêtricas, mas incorpore as experiências das comunidades quilombolas como parte da história nacional. Essa perspectiva dialoga com a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, mas que ainda enfrenta desafios em sua efetivação.

Por fim, a análise dos resultados reforça que a luta pelo reconhecimento quilombola no Cumbe é expressão viva da resistência histórica da população negra no Brasil. A experiência formativa permitiu compreender que o ensino de História, quando conectado às práticas sociais e às vivências comunitárias, ganha potência transformadora. Assim, os achados não apenas documentam uma realidade, mas



convocam a universidade e os futuros docentes a se comprometerem com a valorização das comunidades quilombolas como sujeitos ativos da história nacional.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato direto com o Quilombo do Cumbe evidenciou a potência formativa da aproximação entre a universidade e as comunidades tradicionais. Essa experiência não apenas ampliou a compreensão sobre os processos de resistência quilombola, como também fortaleceu a consciência sobre o papel do futuro professor na construção de uma Educação antirracista.

A vivência demonstrou que a valorização das práticas culturais e da memória coletiva é uma condição importante para o enfrentar o apagamento histórico e para reconhecer a luta quilombola como parte construtiva na história do Brasil.

Sendo assim, a atividade reafirma a importância de inserir no campo da formação docente experiências que dialoguem com comunidades em situação de resistência. Ao trazer para a prática pedagógica esses saberes quilombolas, o professor amplia sua capacidade de promover uma educação mais inclusiva e comprometida com a transformação social.

## REFERÊNCIAS

HAMENOO, Michael. *A África na ordem mundial*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri. *Entre o rio e o mar: práticas corporais e cotidiano na Comunidade Quilombola do Cumbe*. 2018. 181 f. Tese (Doutorado em Educação Física)



– Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34738>. Acesso em: 07 set. 2025.

QUILOMBO DO CUMBE: comunidade no Ceará luta para ser reconhecida e resiste à pressão. *Brasil de Fato*, [S. l.], [202–].

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/quilombo-do-cumbe-comunidade-no-ceara-luta-para-ser-reconhecida-e-resiste-a-pressao/> Acesso em: 9 jul. 2025.

*Quilombo do Cumbe – A comunidade quilombola*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://quilombodocumbe.wixsite.com/quilombodocumbe/a-comunidade-quilombola>.

Acesso em 27 jul. 2025.

**THOMPSON, Paul.** *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.